

TRAJETÓRIA E SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO¹

Lucimar Santiago de Abreu²

Paul Kledda³

Kleber Pettan⁴

Fernando Rabello⁵

Sérgio C. Mendes⁶

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a situação atual do desenvolvimento da produção de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. Para tanto, resgatou-se o histórico da emergência e expansão da agricultura de base ecológica, identificaram-se a diversidade da produção e do mercado, os elementos motivadores dessa expansão e os obstáculos, à luz do contexto atual. Realizaram-se a interpretação socioeconômica de dados estatísticos coletados e a análise de entrevistas efetuadas com diferentes agentes sociais e organizações econômicas. Os resultados foram os seguintes: a) trajetória da emergência e expansão da agricultura de base ecológica; b) desenvolvimento da produção de base ecológica no Brasil; c) desenvolvimento da produção de base ecológica do Estado de São Paulo; d) identificação e caracterização das cadeias da produção certificadas respectivamente para exportação e mercados locais; e) comentários sobre diversos aspectos da produção e do mercado, baseados nos estudos de casos conduzidos no âmbito do projeto Global Org, nas ações de pesquisas dos autores e sobre o processo de transição em curso. Os resultados devem subsidiar a formulação de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento da produção e comercialização de alimentos orgânicos do País.

Termos para indexação: agroecologia, mercado, políticas públicas, produtos orgânicos.

¹ Este trabalho é parte integrante de um conjunto de resultados do Projeto Global Org/Brasil, com atividades em andamento, vinculado ao convênio estabelecido entre a Embrapa Meio Ambiente e o International Centre for Research in Organic Food Systems (Icrofs), da Dinamarca.

² Engenheira-agrônoma, Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. Caixa Postal nº 69, CEP 13820-000 Jaguariúna, SP. lucimar@cnpma.embrapa.br

³ Economista, Doutor em Economia, pesquisador do Institute of Food and Resource Economics (FOI), Rolighedsvej 25 - 1958 Frederiksberg C. Copenhagen, DK. paul@foi.dk

⁴ Engenheiro-agrônomo, Mestre em Gestão do Agronegócio, doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rua Dionizio Gilberto, 525, Jardim do Bosque, CEP 13613-170 Leme, SP. kleber.pettan@terra.com.br

⁵ Engenheiro-agrônomo, estagiário da Embrapa no período de 2006-2007, desenvolvendo atividades de pesquisa sob a responsabilidade da Dra. Lucimar S. de Abreu, Rua Maranhão, 1427, CEP 16900-000 Andradina, SP. c_coia@yahoo.com.br

⁶ Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). serpcm@terra.com.br

TRAJECTORY AND CURRENT SITUATION OF ECOLOGICALLY-BASED AGRICULTURE IN BRAZIL AND IN THE STATE OF SAO PAULO

ABSTRACT

The objective of this study is to present the current situation of the development of ecologically-based production in Brazil and in the State of São Paulo. In this way, the history of the emergence and expansion of ecologically-based agriculture was recovered. Production and market diversity, the motivating elements of this expansion, and obstacles were identified, taking the current context into account. In order to reach the goals of this research we conducted a socioeconomic interpretation of collected statistical data and an analysis of interviews carried out with diverse social agents and economic organizations. The results are as follows: a) trajectory of the emergence and expansion of ecologically-based agriculture; b) identification of the development stage of ecologically-based production in Brazil; c) identification of the development of ecologically-based production in the State of São Paulo; d) identification and characterization of production chains that are respectively certified for exportation and local markets; e) comments on various production and market aspects, based on the studies of cases conducted within the scope of the Global Org project, the author's research actions and especially on the ongoing transition process. The results presented are findings that must subsidize the creation of public policies in the scope of the development of production and commercialization of organic food products in this country.

Index terms: agroecology, market, organic products, public policies.

INTRODUÇÃO

No Brasil vem crescendo a produção de alimentos e de outros produtos agrícolas baseada em princípios ecológicos, com o surgimento de diferentes denominações para esse tipo de produção: produto ecológico, produto orgânico, produto agroecológico, produto natural, etc. De fato, trata-se de formas distintas de produção ecológica e de inserção no mercado (ABREU et al., 2005). No intuito de captar a diversidade de estilos de agriculturas ecológicas, adota-se a denominação “agricultura de base ecológica” para tratar da produção brasileira.

Desse modo, sintetizando a contribuição de Caporal e Costaberber (2000) e tomando como base o documento *Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa* (MARCO..., 2006), pode-se afirmar que a agricultura de base ecológica se caracteriza por integrar o conjunto de estilos de produções ecológicas, respeitando-se seus qualificativos e reduzindo-se as possíveis incompreensões conceituais

entre técnicos, ambientalistas, comerciantes e consumidores. Esta denominação é também largamente utilizada pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção (Programa Nacional de Agroecologia), documento de Políticas Públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A diversidade de estilos de agricultura e denominações também se repetem em outros países da América Latina.

A Lei da Produção Orgânica Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), regulamentada em 2007, teve sua formulação baseada no conceito de agroecologia, que destaca diversos elementos integrantes da noção conceitual, tais como: a integridade cultural das comunidades rurais, a equidade social, a valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais. A lei também passou a reconhecer como produto orgânico aqueles produtos que são oriundos de diferentes estilos de agricultura: biodinâmica, orgânica, natural, permacultura, sistemas agroflorestais, regenerativo, etc.

A Federação Internacional para os Movimentos da Agricultura Orgânica (Ifoam⁷) – entidade que estabelece critérios, normas e regras para empresas de todo o mundo, para a validação de procedimentos de certificação e de auditoria para atividades agrícolas e de processamento de alimentos (ALMEIDA, 2008)⁸ –, denomina a produção que aplica princípios ecológicos de agricultura orgânica ou produção orgânica. Portanto, para se referir à produção internacional, especialmente dos países desenvolvidos, será feito uso dessa terminologia.

No território rural brasileiro encontra-se uma diversidade de formas sociais de produção de base ecológica, com diferentes processos de transição e de sistemas de comercialização. Pode-se entender por processo de transição a passagem do sistema convencional para a produção de base ecológica. Trata-se

⁷ A International Federation of Organic Agriculture Movements foi fundada no ano de 1972 em Versalhes, na França, por um grupo de personalidades da comunidade científica europeia ligada ao movimento da ecoagricultura e que criticavam o uso de produtos químicos e pesticidas nos sistemas de produção de alimentos. Desde então, o movimento foi ganhando força e a cada ano era maior o número de participantes nos congressos promovidos em torno do desenvolvimento da agricultura de base ecológica. A Ifoam caracteriza-se como a primeira instituição de interesse público a regulamentar um padrão internacional de certificação para a agricultura de base ecológica, ainda no ano de 1980, e realiza levantamentos estatísticos anuais sobre o desenvolvimento da agricultura “orgânica” em todo o mundo desde o ano 2000 (ALMEIDA, 2008).

⁸ Essa dissertação de Gustavo de Almeida, orientado por Lucimar S. de Abreu, é parte integrante das ações de pesquisa do Projeto Global Org.

de um processo social que envolve múltiplas dimensões: social, cultural, ecológica, econômica, organizacional, técnica e de conhecimentos (MOREIRA, 2003; BELLON; ABREU, 2006). Ou seja, além de mudanças em termos de técnicas e de práticas agrícolas, foi identificado que os grupos sociais e as comunidades envolvidas em experiências de agricultura de base ecológica são portadores de uma outra consciência social, se expressam na relação prática que estabelecem com os recursos ambientais e na adoção de um modo de vida peculiar, que é fruto da crítica social generalizada ao modelo baseado no monocultivo e no uso de agrotóxicos (ABREU, 2005).

A visão de mundo dos agentes sociais pode ser normalmente diversa entre os indivíduos ou entre um grupo social, em termos de valores éticos e ecológicos que norteiam e estimulam o agir social sempre com grau maior ou menor de aplicação de princípios ecológicos e com articulações variadas com a sociedade local e global (ALMEIDA; ABREU, 2009). Ademais, pode-se observar empiricamente formas inovadoras de produção e de relação produtor-consumidor, até sistemas simplificados de substituição simples de insumos e vendas para distribuidores intermediários de importantes organizações econômicas de abastecimento urbano (BELLON; ABREU, 2005).

Portanto, para entender a situação atual do desenvolvimento da agricultura de base ecológica, foram identificados o estado de desenvolvimento da produção no Brasil, as cadeias de produção, respectivamente para exportação e mercados locais, e o universo de produtores, constituído em sua maioria por pequenos produtores. Buscou-se compreender os desafios colocados para o avanço da agricultura de base ecológica, identificando os motores que impulsionam a transição.

METODOLOGIA

A análise foi baseada em dados estatísticos sobre a produção orgânica brasileira, revisões da literatura especializada sobre o tema, bem como em entrevistas com agentes envolvidos diretamente em redes de *Agroecologia*, *Permacultura*, *Agricultura Biodinâmica* e *Agricultura Orgânica*, seguidas de visitas subsequentes às unidades de produção e aos mercados do Estado de São Paulo. A respeito da certificação, foi feita uma visita ao centro do Instituto Biodinâmico (IBD Certificações), localizado em Botucatu, SP, e entrevistou-se o

presidente anterior da Associação da Agricultura Orgânica (AAO), de São Paulo, SP. Foram discutidos os dados estatísticos com técnicos do governo federal e do Estado de São Paulo. Unidades de produção foram visitadas, bem como locais de vendas de produtos orgânicos (feiras e vendas diretas), e foram realizados contatos com agricultores, pesquisadores e técnicos das agências de desenvolvimento. Identificadas as fontes primárias – lideranças políticas do município, inspetores, líderes ambientalistas e agricultores – foram realizadas entrevistas com 80 pessoas, 20 das quais eram filiadas em organizações sociais.

TRAJETÓRIA DA EMERGÊNCIA E EXPANSÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA NO BRASIL

A origem da agricultura ecológica no Brasil é motivada por agricultores de elite neorrurais e profissionais qualificados do meio agrônomo (KARAN, 2001; BRANDERBURG, 2002). A forma de produção pode ser interpretada como parte da herança de modelos europeus⁹, adaptados ao contexto brasileiro, ao mesmo tempo que coexiste com outras formas originais estabelecidas sob as condições específicas do contexto local. A agricultura de base ecológica é motivada também pelas organizações políticas comprometidas com a construção de um modelo novo de sociedade, baseado nas reivindicações por equidade e justiça social. Tais organizações estão envolvidas diretamente com os movimentos de transformação social. Assim, a agricultura de base ecológica não tem o mesmo sentido ou significado em todas as regiões ou países. Na Europa, ela emergiu do movimento da contracultura e da crítica à sociedade de consumo (BRANDENBURG, 2002).

As iniciativas do desenvolvimento da agricultura de base ecológica no Brasil ocorreram na década de 1970. Conhecida inicialmente pela denominação de agricultura alternativa, teve como base histórica três movimentos sociais,

⁹ 1924: Agricultura Biodinâmica (Europa) – Rudolf Steiner. Em 1925-1930: Agricultura Orgânica – Albert Howard; 1925-1930: Agricultura Biológica – Hans Muller; 1935: Agricultura Natural (Japão) – Fukuoka e Mokiti Okada. Portanto, sob distintas denominações desenvolveram-se, a partir do início do século 20, a agricultura biodinâmica (Alemanha e Áustria), agricultura orgânica (Grã-Bretanha e EUA), agricultura natural (Japão) e agricultura biológica (França). Destas correntes iniciais irão se desenvolver, a partir da década de 1970 e 1980, a agricultura ecológica (Alemanha e Holanda), a agricultura regenerativa (EUA) e a permacultura (Austrália) (BRANDENBURG, 2002; DAROLT, 2001).

que emergiram no contexto europeu, mais especificamente na Alemanha, Suíça, Áustria e na parte anglo-saxônica, denominada de agricultura biodinâmica, onde a contribuição do pensamento de Rudolf Steiner foi essencial para a construção dessa corrente de pensamento. A unidade rural biodinâmica é vista como sistema integrado, autorregulado que se encontra inserido na paisagem e que é geralmente conduzido por agricultores identificados com a vida no campo e preparados por uma formação não apenas técnica, mas são também estimulados pela alta sensibilidade criativa e artística. O meio rural passa a adquirir características de polo de irradiação cultural e social. A produção de alimentos é complementada por condições que propiciam o desenvolvimento das pessoas.

O debate intensificou-se após a publicação de “*Silent Spring*” (CARSON, 1962). No Brasil, essa obra¹⁰ também mobilizou a opinião pública e ajudou a expandir os movimentos ecológicos. De forma importante, o movimento da Federação das Associações de Engenheiros-agrônomos do Brasil, pautado pelas denúncias contra as multinacionais do setor de agroquímicos, contribuiu também para colocar abaixo uma visão cultural assentada na crença prevalecente do crescimento ilimitado e gerou circunstâncias, de modo que algo pudesse ser feito para estabelecer novas relações entre o ambiente e a agricultura (ABREU, 2005).

O Meio Ambiente emerge como uma questão na agricultura após a modernização ancorada no ideário da chamada Revolução Verde na década de 1970. Embora já se constate na história do pensamento brasileiro preocupações de caráter preservacionista (PÁDUA, 1987), não há, em período anterior à década de 1970, manifestações de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, ou mesmo os instrumentos que intermediam essa relação. É somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado. Isso porque jamais se presenciou, na história da sociedade brasileira, um processo de exclusão social, de tamanha expressão, de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral. Dessa forma, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental (BRANDENBURG, 2005).

¹⁰ CARLSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1964. 305 p.

Brandenburg (2002) demonstra que mesmo antes da chamada Revolução Verde já existia, no Brasil, a base necessária para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa. As políticas públicas de incentivo à modernização agrícola brasileira promoveram a marginalização de agricultores familiares, que serão apoiados por organizações não governamentais (ONGs) que, dentre outros objetivos, têm o de criar alternativas ao modelo tecnológico convencional.

Esse movimento social ficara conhecido no Brasil a partir da década de 1970 como agriculturas alternativas, ganhara força em 1976 quando o ecologista José Lutzenberger lança o manifesto ecológico brasileiro: “O fim do futuro?”, que irá influenciar uma série de pesquisadores, ecologistas e a comunidade de uma forma geral, no intuito da necessidade de se criar alternativas ao moderno padrão tecnológico que se impunha à agricultura brasileira.

Durante a década de 1970, esse movimento será marcado pela contestação ao modelo tecnológico e a degradação ambiental, bem como por uma crítica à crescente exclusão social que começa a atingir principalmente os pequenos agricultores. Esse movimento de contestação ganha força na década seguinte culminando com a realização de três Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, em 1981 na cidade de Curitiba, PR, em 1984 em Petrópolis, RJ, e em 1987 em Cuiabá, MT.

Nesse período, as ONGs ambientalistas irão passar por um processo de fortalecimento, principalmente após a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que, em conjunto com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (Fase), irá centralizar a atuação de diversas organizações de agricultores alternativos. Como resultado dessa organização, é criado a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que irá expandir de forma significativa o movimento de agricultores alternativos, articulando uma rede de organizações com entidades de dez estados brasileiros nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. (PINHEIRO, 2004).

No final da década de 1980, é lançado o Relatório Brudtland cunhando a noção de “Desenvolvimento Sustentável”, mostrando a necessidade de se pensar em políticas integradas que permitam “garantir as necessidades das gerações futuras”. Para isso, determina-se uma série de medidas e metas a serem adotadas que permitiriam a adoção de um novo modelo de desenvolvimento.

É na década de 1990, todavia, que o debate sobre os problemas ambientais se expande e a sociedade parece tomar consciência da questão. Ainda assim, vários elementos dificultam o avanço da discussão e a formulação de planos ou medidas ambientais: a falta de precisão científica quanto à natureza dos problemas ambientais, além de questões de ordem econômica, social e política. No caso europeu, as medidas reguladoras das atividades agrícolas nos países desenvolvidos só foram implantadas no início da década de 1990 (ABREU, 2005).

A agricultura convencional tornou-se em um estilo de agricultura inaceitável para o mundo e para a sociedade brasileira, levando seus protagonistas ao impasse com desfecho ainda incerto. Pressionadas política e socialmente, diversas categorias sociais buscam, desesperadamente, encontrar um caminho para integrar as novas demandas ambientais e sociais, independente de estrutura fundiária e do tipo de produtor. Os produtores familiares com estruturas de menor porte parecem estar mais abertos para a transição em direção à sustentabilidade.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO MUNDIAL DE PRODUTOS DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA

Atualmente, mais de 120 países desenvolvem agricultura de base ecológica no mundo. O crescimento médio da área plantada mundial de produtos da agricultura de base ecológica também vem aumentando de 15% a 20% ao ano. Dados da Ifoam registram que, em 2007, a área mundial de produção de produtos da agricultura de base ecológica foi de 50 milhões de hectares, destes, 30,5 milhões referem-se às áreas cultivadas, 20 milhões às colheitas realizadas em áreas selvagens, sendo 31 milhões de hectares de produtos certificados, distribuídos em aproximadamente 633.981 unidades de produção. (WILLER; YUSSEFI, 2008). Ver Tabela 1.

Paralelamente ao comércio internacional de produtos da agricultura de base ecológica, cresce também o mercado mundial de produtos para o Comércio Justo, o qual movimentou, em 2006, US\$ 1.552 bilhões, correspondendo cerca de 4% do volume comercializado no mercado mundial de produtos da agricultura de base ecológica e menos de 0,1% do comércio global de alimentos, estimado em US\$ 580 bilhões para o mesmo ano.

Tabela 1. Ranking dos dez maiores países na produção mundial de produtos da agricultura de base ecológica.

Países	Hectares destinados à produção orgânica
Austrália	12.300.000
China	2.300.000
Argentina	2.200.000
EUA	1.600.000
Itália	1.100.000
Uruguai	900.000
Espanha	900.000
Brasil	880.000
Alemanha	800.000
Reino Unido	600.000

Fonte: Willer e Yussefi, (2008).

Segundo dados da Fairtrade International (FLO)¹¹, o mercado certificado Fairtrade cresce a taxas anuais de 40% ao ano; desde 1997, o volume de alimentos certificados comercializados é crescente e, em 2007, movimentou 2.380.000.000 euros; atingiu a marca de 250 mil toneladas vendidas nos 60 países de sua atuação. Somando a Europa e os EUA, existem mais de 100.000 redes de supermercados e 3.000 lojas que comercializam produtos do Comércio Justo.

Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o mercado internacional é comprador para a produção da agricultura de base ecológica brasileira, porém poucos produtores atendem aos requisitos. Os principais produtos da agricultura de base ecológica exportados são: café (Minas Gerais e Espírito Santo); cacau (Bahia); soja, açúcar mascavo e erva-mate (Paraná); suco de laranja, óleo de dendê e frutas secas (São Paulo); castanha de caju (Ceará) e guaraná (Amazonas). Grande parte da

¹¹ Apresentação oral de Darana Castilho de Souza – Oficial de Ligação da FLO. Site: www.fairtrade.net, evento WORKSHOP – Contexto da Comercialização e perspectivas do Mercado Justo da Agricultura Familiar no Nordeste, ocorrido na Bahia, em junho de 2008.

produção orgânica (PO) é primária, havendo pouco processamento. O crescimento anual médio do setor é de 30% e existe uma forte demanda do mercado importador, especialmente da parte do Japão, dos Estados Unidos e da União Europeia. A participação do Brasil na Feira Internacional de Negócio de Produtos Orgânicos (BioFach) de 2007, a maior e mais importante feira de produtos certificados do mundo, superou todas as expectativas. Durante os quatro dias de evento, mais de 40 empresas brasileiras que estiveram na Alemanha com o apoio da Apex-Brasil fecharam negócios na ordem US\$ 36,4 milhões para os 12 meses seguintes, superando a previsão inicial de US\$ 20 milhões. O Brasil passará a ter, ainda no ano de 2008, estatísticas de exportação de produtos da agricultura de base ecológica.¹²

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE BASE ECOLÓGICA NO BRASIL

Conforme dito, convivem no Brasil vários sistemas de produção de base ecológica que podem ser comercializados com a nomenclatura de “produtos da agricultura de base ecológica”, desde que atenda à Lei da Produção Orgânica Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007. Enquadra-se nesse conjunto desde aqueles estilos de produção que visam somente a substituição de insumos (químicos por orgânicos) até aqueles orientados pelos princípios da agroecologia. A Agroecologia está sendo tratada no Brasil como disciplina científica e estratégia política internalizadas nos programas de apoio à produção familiar do Poder Executivo (MDA, Mapa, MMA, MDS), na pesquisa (Embrapa, empresas estaduais e universidades) e na extensão rural (Asbraer). A agroecologia é, portanto, fonte de inspiração para formulação e institucionalização de políticas públicas para a agricultura familiar, com ação mais forte ou mais fraca em distintos territórios, dependendo da natureza política das forças sociais locais.

Ao acompanhar as tendências internacionais, também são crescentes as produções brasileiras de produtos de base ecológica e do Comércio Justo. A

¹² Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, dados coletados em pesquisa de campo em 2007.

produção de base ecológica brasileira cresce a uma taxa média de 30% ao ano, dependendo da região do País. Segundo Pettan et al. (2007)¹³, encontram-se as seguintes iniciativas para acessar esse diferenciado mercado:

- 1) Certificar a produção objetivando o mercado externo ou grandes redes varejistas. Neste grupo encontram-se aproximadamente 22.000 projetos de certificação¹⁴.
- 2) Não certificar a produção e comercializar nos mercados locais e regionais. Este grupo, muito maior que o anterior e de difícil quantificação, caracteriza-se por uma produção de base agroecológica, não certificada oficialmente.
- 3) Produzir para o autoconsumo e comercializar o excedente, sem utilizar nenhum insumo químico. Neste grupo, enquadram-se mais de 2 milhões de unidades de produção de agricultores familiares e assentados da reforma agrária das regiões Norte e Nordeste.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), os estabelecimentos agropecuários produtores de orgânicos representavam, aproximadamente, 1,8% do total de estabelecimentos agropecuários investigados no Censo Agropecuário 2006.

Segundo Willer e Yussefi (2008), em 2007 foram plantados no País 888 mil hectares de culturas da agricultura de base ecológica certificadas (frutas, hortaliças, cereais, café, mel, leite, carnes, soja, palmito, açúcar e frango), posicionando o País, segundo o ranking mundial descrito na tabela 1, no sexto lugar em área manejada, o que representa 0,25% da área agricultável total ocupada por 19.000 propriedades da agricultura de base ecológica certificadas. Segundo o Planeta Orgânico (2005), o grupo social dessas propriedades é formado basicamente por agricultores familiares e por empresas que produzem para exportação (açúcar, suco de laranja, café, soja). 70% dessa produção certificada localiza-se nas regiões Sul e Sudeste do País.

¹³ Relatório inicial do estudo de país – Brasil: produtos florestais/FSC; Produto café sustentável/4C; Produtos sustentáveis Fairtrade/Flo; Produto biodiesel/selo social. Consulting für projektmanagement und organisation GmbH (COMO). Trabalho realizado para o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, em 2007.

¹⁴ Cabe destacar que a legislação autoriza a certificação por auditoria de terceira parte, assim como inova pela aceitação oficial do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Maiores informações ver na Lei da Produção Orgânica Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007.

A área ocupada pelo extrativismo sustentável é de 5 milhões de hectares com castanha, açaí, pupunha, látex, frutas e outras espécies das matas tropicais, principalmente da região Norte (Amazônia). A Tabela 2¹⁵ apresenta as áreas de produção da agricultura de base ecológica em relação à área agrícola nacional.

Tabela 2. Área da produção da agricultura de base ecológica versus área da produção agrícola nacional.

Produção da agricultura de base ecológica	Área (ha)	(%) da agricultura de base ecológica/ área agrícola nacional
Cultivada	880.000	0,25%
Extrativismo	5.000.000	1,6%
Total (produção orgânica)	5.889.000	1,86%
Área Agrícola Nacional	311.800.000	100%

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo, em 2007, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e Empresas Certificadoras.

Quando somadas as áreas cultivadas com as de extrativismo sustentável, o Brasil passa para o segundo lugar em área de produção da agricultura de base ecológica no mundo, representando, assim, 11,8% da área produtiva mundial.

Na produção da agricultura de base ecológica, trabalham mais de 15.000 produtores rurais (0,4% dos produtores rurais brasileiros), sendo 80% agricultores familiares e 20% patronais. A agricultura de base ecológica é estimada em 300 mil toneladas por ano. O comércio anual é de 250 milhões de dólares, sendo 30% comercializado no mercado interno e 70% no mercado externo.

Nas áreas mais pobres das regiões Nordeste e Norte, encontram-se majoritariamente as iniciativas referidas de números 2 e 3¹⁶, apesar de também

¹⁵ Os dados da Tabela 2 foram obtidos pelos autores junto à Coordenadoria de Agroecologia do Mapa e Certificadoras. A partir de 2010, com a finalização do cadastramento das unidades de produção de base ecológica, fruto da aplicação da legislação orgânica, o Ministério terá condições de fornecer dados completos sobre a produção do País. Na ocasião desta pesquisa, as informações encontravam-se fragmentadas e foi necessário entrar em contato direto com certificadoras para se obter um quadro aproximativo da situação da produção nacional. Os autores participaram da coleta de dados e contribuíram com o trabalho organizado por Helga Willer, conhecido como *The Word of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends*, 2008 (WILLER; YUSSEFI, 2008).

¹⁶ Item 2: não certificar a produção e comercializar nos mercados locais e regionais; e item 3: produzir para o autoconsumo e comercializar o excedente, sem utilizar nenhum insumo químico.

se encontrar um pequeno grupo de agricultores certificados. Não se conhece oficialmente o volume de produção e nem de vendas dessa produção de base ecológica não certificada nessas regiões, mas estudos de Pettan (2007), Bezerra (2007) e Campos (2007), apoiados pelo “Programa Nordeste de Combate à Desertificação” – da Agência da GTZ-Brasil –, comprovam sua importância para o mercado interno, para os agricultores familiares e para as ações de desenvolvimento local. Sabe-se também que essas produções não certificadas são maiores do que a produção certificada. Esses mesmos estudos identificaram e comprovam que nos mercados locais e institucionais os produtos agroecológicos são aceitos sem certificação e que as feiras livres agroecológicas mostram um bom espaço para a comercialização da produção dos agricultores familiares por meio da realização de vendas diretas aos consumidores, com significativos resultados econômicos e sociais.

Como já mencionado anteriormente, os principais produtos da agricultura de base ecológica exportados são: café (MG e ES); cacau (BA); soja, açúcar mascavo e erva-mate (PA); suco de laranja, óleo de dendê e frutas secas (SP); castanha de caju (CE) e guaraná (AM). Grande parte da produção é primária, havendo pouco processamento.

No País, registra-se a existência de 32 certificadoras de produtos da agricultura de base ecológica, porém, o IBD, importante certificadora no País, certifica mais de 3.500 produtores, com mais de 100 tipos de produtos, de hortaliças a grandes plantações de grãos, alimentos in natura e industrializados, como café, açúcar, laticínios e doces, algodão e outras fibras, cosméticos, sucos de frutas e vinhos.

A partir da década de 1990, as organizações ligadas à produção de base ecológica se multiplicaram; cresceram o número de produtores e a produção em quantidade, diversidade e qualidade. Há 20 anos, o mercado se restringia a algumas feiras de produtores e à venda de cestas semanais diretamente ao consumidor. Atualmente, as redes de supermercados comercializam a produção e as feiras se expandiram, aumentando a venda direta do agricultor ao consumidor, tendo como base valores associados à relação de confiança e cooperação, além da possibilidade de favorecer melhores ganhos aos produtores e menores preços aos consumidores. A Tabela 3 procura exemplificar a situação atual da agricultura de base ecológica no País.

No Brasil, a produção certificada ocupa uma área maior que 888 mil hectares. Dados do levantamento do Mapa e Apex-Brasil revelam que a estimativa de negócios desses produtos no País é de US\$ 250 milhões. Anualmente, o Brasil exporta de US\$ 100 a US\$ 120 milhões de produtos ecológicos certificados, e mais de 90% das 150 empresas nacionais exportadoras são micro ou pequenas. Estados Unidos, Alemanha, França, Japão e Reino Unido são os mercados mais atendidos pelo Brasil. No ranking mundial, o País está entre os oito maiores produtores de produtos de base ecológica do mundo.

Tabela 3. Situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil.

Área de produção da agricultura de base ecológica	888.000 ha
Valor agregado no setor	US\$ 250.000.000
Valor das exportações	US\$ 12.000.000
Número de empresas do setor	150
Crescimento médio da produção	30% ao ano
Número de projetos certificados	15.000
Propriedades da agricultura de base ecológica certificadas	19.000
Caracterização social das propriedades	Agricultura Familiar
Localização da produção	70% no Sul e Sudeste
Extrativismo Sustentável	5.000.000 ha

Dados coletados em pesquisa de campo, em 2007, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e Empresas Certificadoras.

MERCADO NACIONAL¹⁷

Este tópico irá focar os aspectos mais relevantes do mercado brasileiro de produtos de base ecológica. O desenvolvimento do mercado brasileiro de produtos alimentares tem se caracterizado por grandes mudanças nos últimos anos.

¹⁷ Este tópico foi baseado em entrevistas realizadas com José Pedro Santiago, da Comissão de Regulamentação da Lei da Agricultura de Base Ecológica, bem como em informações obtidas junto à Coordenação de Agroecologia do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa.

Com relação aos produtos ecológicos e certificados, o crescimento das vendas tem ocorrido de forma expressiva nas capitais dos estados brasileiros, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Preocupações com a saúde são os principais motivos de compra de alimentos ecológicos, uma vez que o fato de serem considerados livres de pesticidas é visto como uma característica importante desses produtos.

Dados coletados em Campinas junto a duas grandes redes de supermercados¹⁸ de âmbito nacional, em 2007, indicam que os mercados e oportunidades de comercialização são variados. Por exemplo, soja, açúcar branco e mascavo, café e sucos cítricos são os principais produtos exportados – doces e sucos da agricultura de base ecológica, principalmente sucos, estão sendo cada vez mais consumidos no País; laticínios, especialmente iogurtes, queijos e outros. Pequenos supermercados exclusivamente de venda de produtos e serviços ecológicos também aparecem no Brasil, passando a ocupar papel importante no abastecimento. Segundo nos relatou o presidente da Comissão de Regulamentação da Lei da Agricultura de Base Ecológica, pousadas e hotéis-fazenda com alimentação ecológica, ecoturismo com a exibição de produções de base ecológica são também um setor promissor.

O consumo de produtos da agricultura de base ecológica no Brasil não chega a 1% do mercado de alimentos do País, embora o Brasil seja o país com maior consumo desse tipo de produção da América Latina. Como resultado da percepção crescente de uma parte dos consumidores sobre a melhor qualidade dos produtos em relação ao convencional, dos benefícios para a sua saúde e para o meio ambiente, o mercado de produtos da agricultura de base ecológica no Brasil está crescendo, considerando-se o agregado de todos os setores. Isso também é um estímulo à produção. Além disso, por causa da vasta área agrícola, o Brasil tem condições de clima e de solo que possibilitam produzir ampla gama de produtos ecológicos.

Segundo o presidente da Comissão de Regulamentação da Lei Orgânica¹⁹, a produção de óleos essenciais no País tem potencial positivo de crescimento, em especial aos seguintes produtos: óleo de babaçu, óleos vegetais, essências florestais, extratos vegetais, etc.

O IBD certifica praticamente toda a carne bovina da agricultura de base ecológica brasileira, que é destinada tanto para o consumo interno quanto para

¹⁸ Carrefour e Pão de Açúcar.

¹⁹ Dados coletados em pesquisa de campo, em 2007.

a exportação. Esta produção localiza-se, principalmente, no Pantanal Mato-Grossense. O maior abatedouro de carne certificada é o brasileiro Friboi, que é também o maior abatedouro bovino do mundo. O segundo, bem distante, é o norte-americano Tyson. Entre 2004 e 2006, o número de fazendas de pecuária certificadas pelo IBD praticamente dobrou, eram 16 e hoje são 30.²⁰

No Brasil, está sendo criado um sistema de mercado central para comercialização de hortaliças certificadas. Um exemplo é o caso do Paraná. Os produtos orgânicos produzidos por agricultores familiares paranaenses têm um canal exclusivo de comercialização em Curitiba. O objetivo foi o de aumentar ainda mais a oferta de produtos, e, conseqüentemente, baixar os preços dos orgânicos. As grandes redes de supermercados já dispõem de espaços exclusivos para a comercialização desses produtos. Agora, com o mercado de orgânicos de Curitiba, coloca-se o agricultor familiar em contato direto com o consumidor. Conforme dados da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), o Paraná tem cerca de 5.300 produtores de alimentos orgânicos, responsáveis por um volume de produção avaliado em 107.230 toneladas na safra 2006-2007.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BASE ECOLÓGICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo é constituído por um grande e diversificado mercado de produtos ecológicos certificados por organizações que exercem a auditoria externa. A produção é também diversificada, sendo os produtos mais importantes economicamente: café, cana-de-açúcar, laranja e hortaliças. A Tabela 4 mostra a diversidade da produção primária ecológica certificada no estado.

A partir das informações e dados coletados junto às empresas certificadoras sediadas no Estado de São Paulo, foi elaborada a Figura 1 para melhor visualizar a distribuição espacial dos produtos de base ecológica.

Do mesmo modo, existe uma gama diversificada de indústrias de beneficiamento de produtos da agricultura de base ecológica, além dos estabelecimentos que se dedicam exclusivamente à comercialização (em especial à

²⁰ Dados coletados em pesquisa de campo, em 23 de novembro de 2007, com a Comissão de Regulamentação da Lei da Agricultura de Base Ecológica.

Tabela 4. Produtos da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo.

Produto	Inclui
Cana-de-açúcar	
Cafê	
Laranja	
Outros citrus	poncã, limão, mexerica, lima da pérsia, (pode incluir laranja)
Banana	
Outras frutas	acerola, morango, maracujá, amora, atemóia, cherimóia, kiwi, framboesa, figo, uva, maçã, manga, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, abacaxi, abacate, mamão, inclui noz-pecã, lichia, jabuticaba, uvaia, carambola, pêra, marmelo, amora-preta, castanha, macadâmia, coco
Hortaliças	inclui produção de batata
Mel	própolis, cera de abelha, outros derivados da apicultura, entreposto apícola
Outros produtos de origem animal	ovos, leite, carne, miúdos, couro, criação de búfalos
Palmito	pupunha
Grãos	feijão, milho, soja, alfafa, aveia, trigo, girassol, cevada, azevém, cereais
Ervas medicinais	
Cogumelo	vários tipos
Mandioca	
Outros produtos de origem vegetal	mudas (frutíferas e outras), plantação de eucalipto e de aroeira, adubação verde, urucum, pastagem

Fonte: dados coletados em pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.

exportação) e dos restaurantes, agora também com a possibilidade de receberem selos (Tabela 5).

Seguindo o procedimento adotado anteriormente, foi elaborada a Figura 2.



Figura 1. Distribuição geográfica da produção da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo.

Fonte: resultado de pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.

Tabela 5. Indústria de beneficiamento de produtos da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo.

Tipo	Inclui
Insumos	
Usina de açúcar	açúcar mascavo, açúcar comum, aguardente/cachaça, melaço
Processamento de café	café torrado, extrato de café, café solúvel, café moído
Processamento da laranja	suco concentrado, suco pasteurizado, óleo essencial
Laticínios	queijos, iogurtes, etc.
Cosméticos	
Óleos essenciais	pode incluir óleo essencial de laranja
Doces	geleias, doces de frutas, doce de leite, etc.

Continua...

Tabela 5. Continuação.

Tipo	Inclui
Outras indústrias	tofu, achocolatados, chás, purê de frutas, óleos, manteiga, barra de cereais e de frutas, vinagre de frutas em geral, tomates processados, frutas processadas, extrato seco de frutas e de erva mate, água de coco, extrato fluido de frutas, sucos, sorvetes, temperos, chutney, conservas, suco concentrado, suco integral, polpa de frutas, molho de tomate, farinhas, hortaliças minimamente processadas, álcool etílico portátil de cereais, maltodextrina, essências, processamento de carne bovina, desidratação de produtos orgânicos, açúcar em sachê, processamento de mel.

Fonte: dados coletados em pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.



Figura 2. Distribuição geográfica das indústrias de processamento de produtos da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo.

Fonte: resultado de pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.

CADEIA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os principais cultivos da agricultura de base ecológica do Estado de São Paulo, considerando a área plantada e o volume de produção, são orientados para a exportação (Figura 3). Nos últimos anos, o mercado internacional ofereceu condições de ganhos e rentabilidade para o setor. Na ocasião da BioFach (Feira Latino-Americana de Produtos Orgânicos), ocorreram grandes negócios. Essa situação é característica do desenvolvimento econômico paulista que favorece a organização das empresas com grande capacidade de investimento.

Ao verificar a estrutura de comercialização das hortaliças, pode-se observar que algumas empresas distribuidoras exercem grande poder de influência sobre o planejamento das unidades de produção da agricultura de base ecológica de Ibiúna. Estabelecem canais de comercialização por intermédio de contratos com as grandes redes de supermercados. Essa relação comercial ocorre graças à fraca coesão entre produtores, fruto da precária organização social e de frágeis laços de cooperação. Trata-se de mais uma das características da agricultura familiar certificada do cinturão verde de São Paulo. Essas características podem ser visualizadas nas relações sociais das entidades de classe ou associações e cooperativas (BELLON; ABREU, 2005).

Café

A produção de café da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo, tanto para o autoconsumo das famílias produtoras ou para a comercialização em larga escala, encontra-se distribuída nas regiões assinaladas na Figura 3A. Tal fato se deve, principalmente, ao alto valor do produto bruto e processado. Isso é comprovado quando observada a localização das indústrias processadoras que estão próximas do centro de exportação de Santos, SP. Algumas destas empresas têm seus procedimentos de gestão certificados pelo IBD.

Açúcar

A produção de cana-de-açúcar da agricultura de base ecológica geralmente está associada à presença de usinas, que beneficiam a matéria bruta em produtos com maior valor agregado (ver Tabela 5 e Figura 3B).

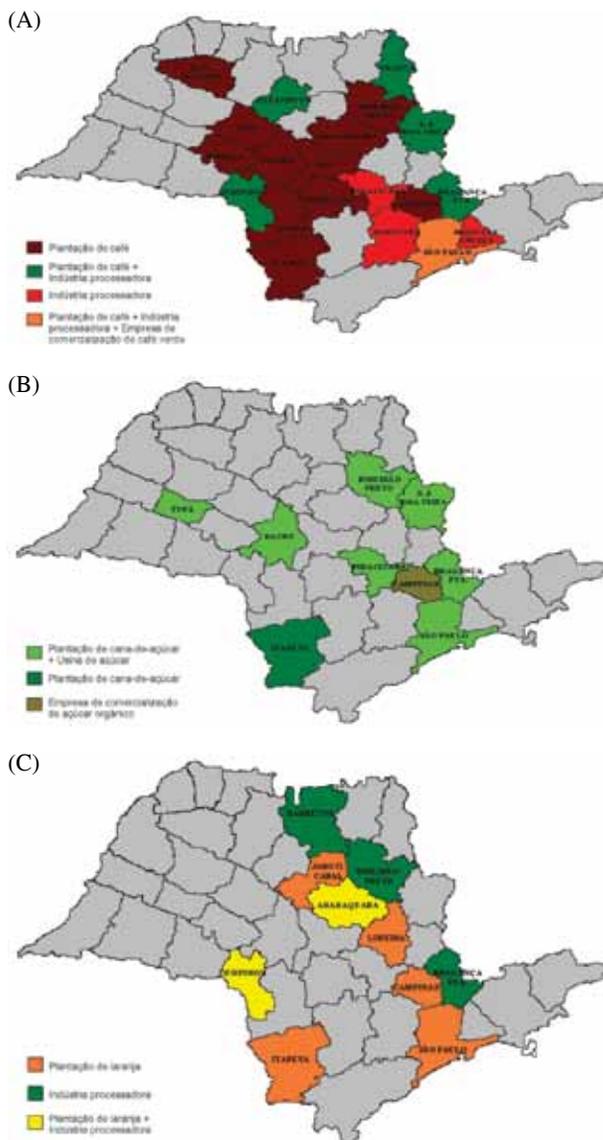


Figura 3. Distribuição geográfica, no Estado de São Paulo, de café (A), de cana-de-açúcar de base ecológica (produção, processamento e comercialização) (B); e de laranja de base ecológica (produção e processamento) (C).

Fonte: resultado de pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.

também a comercialização de hortaliças nas médias cidades do interior do estado, sendo os supermercados os responsáveis por esta distribuição, além das feiras de produtos da agricultura de base ecológica de Campinas, onde produtores vendem diretamente para os consumidores. Essas feiras são apoiadas pela Associação de Agricultura Natural de Campinas, que reúne agricultores e consumidores. O cultivo da horticultura de base ecológica se desenvolveu em áreas tradicionais de ocupação de agricultores familiares, que estão localizados, de forma concentrada, no cinturão verde do estado.

ASPECTOS DAS VENDAS DIRETAS E FEIRAS

Trata-se aqui de uma forma de produção e comercialização associada ao movimento da Igreja Católica no Estado de São Paulo, e no Nordeste brasileiro, em Recife, Pernambuco, apoiada pela Igreja Protestante e Católica. Trata-se de situações semelhantes de relação campo-cidade, envolvendo agricultores menos favorecidos, apoiados por consumidores igualmente menos favorecidos de zonas urbanas periféricas, bem como de sistemas de atividades complexas combinando produções vegetais (legumes, culturas anuais, leite e derivados, frutas, pães) com transformações na unidade de produção (produção leiteira e vegetal). As relações entre produtores e consumidores os conduzem a pensar no desenvolvimento, além de sua própria “unidade de produção e da busca de sobrevivência”, passando a integrar novas identidades e um novo papel para os profissionais da agricultura diante dos desafios ambientais da atualidade.

Essas práticas sociais e agrícolas formam um sistema de atividades complementares, colocam em questão a agronomia clássica das instituições de pesquisa e desenvolvimento, abrindo espaço para o desenvolvimento mais amplo do “projeto” social e ecológico identificado no conceito de agroecologia.

Um dos pontos para ser destacado neste tópico diz respeito ao papel das instituições nacionais e internacionais e das ONGs de apoio e desenvolvimento da agricultura de base ecológica, que buscam estimular o desenvolvimento da agricultura de base ecológica aumentando a produção e estimulando a venda em espaço importante de mercados alternativos locais, por intermédio da adesão à entrada de novos produtores. Em outras regiões com produção vinculada aos pequenos produtores, as técnicas são adaptações dos sistemas

tradicionais com adição de conhecimentos novos gerados na propriedade, mas estão longe de um acompanhamento sistemático por parte da assistência técnica privada ou pública.

No Estado de São Paulo, a evolução do setor produtivo depende de sua capacidade de agregação de valor ao produto, que é a adição de serviços para atender às exigências do consumidor e engloba: classificação, limpeza, processamento mínimo ou industrialização, transporte, exposição e reposição da mercadoria na rede varejista, entrega em domicílio.

Para conseguir gerenciar essas atividades, o setor produtivo necessita organizar-se de forma associativa para obter escala e administrar os recursos financeiros e humanos que envolvem essas operações. Tal configuração é um obstáculo para os pequenos produtores de hortaliças, que detêm pouco poder econômico e capacidade de negociação junto às grandes distribuidoras.

PRINCIPAIS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DA CADEIA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao considerar a importância desse veículo de distribuição da produção, será analisado, ainda, este conjunto de dados coletados em pesquisa de campo²¹ (Figura 5).

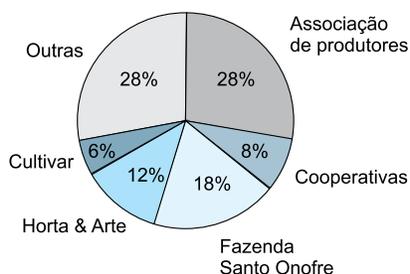


Figura 5. Distribuidores dos produtos de base ecológica no Estado de São Paulo.

Fonte: resultado de pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.

²¹ Estes dados são dados brutos coletados pela equipe do Projeto Global Org.

O levantamento em São Paulo mostra que cerca de 28,0% da distribuição dos produtos são realizados por associação de produtores e 8,4% pelas cooperativas. Em seguida, aparece a empresa Fazenda Santo Onofre com 17,8% das citações, a empresa Horta & Arte²², 12,1%, e a empresa Cultivar, 5,6%, e outros meios variados de distribuição, 28,0% (Figura 6).

No mercado varejista da cidade de São Paulo, as redes de supermercados Pão de Açúcar, Carrefour, Walmart, Big, Pastorinho, por ordem decrescente de importância, são as que têm produtos da agricultura de base ecológica à venda.

As distribuidoras que abastecem essas redes são: Horta & Arte, com 53,0% das citações; Cultivar, 24,0%; Fazenda Santo Onofre, 12,0%; e outras com 11,0% (Korin, APPOI, etc.).

A agricultura de base ecológica do Estado de São Paulo, bem como em todo o País, carece de medidas de ordem de política agrícola no âmbito dos governos estadual e municipal para o seu melhor desenvolvimento. No entanto, os produtores podem colaborar nesse processo se for intensificada a formação de associações de produtores, visando a organização de compra de insumos e serviços, além da venda de produtos para o comércio. Atualmente, o setor necessita de crescimento organizado, diversificação de produção e planejamento de ações, bem como sua representação junto aos órgãos públicos.

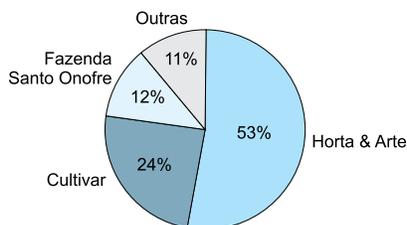


Figura 6. Fornecedores de produtos de base agroecológica para os supermercados da cidade de São Paulo.

Fonte: resultado de pesquisa de campo, em 2007, com Empresas Certificadoras.

²² Trata-se de instituição que funciona tal qual uma empresa, mas possui estatuto de associação de pequenos produtores, localizada na região de São Roque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar a amplitude e a força econômica do desenvolvimento da cadeia de produtos certificados no País e, em especial, no Estado de São Paulo. Tal situação é, sem sombra de dúvidas, um fenômeno social, econômico e agroambiental, pois expressa uma grande diversidade de *estilos* de agricultura de base ecológica no Brasil. Diversidade que vai muito além daquelas formas baseadas na substituição de produtos químicos por outros insumos, que respeitam as especificações ecológicas da legislação, nas quais aparecem múltiplas interpretações da agricultura de base ecológica (valores coletivos, vendas diretas, entidades territoriais), bem como de signos (etiquetas, logos, sistemas de certificação diversos que inclui o sistema de forma participativa denominada SGP), ratificadas pela Lei Federal Nº 10.831, de dezembro 2007.

Os estilos de produção da agricultura de base ecológica são associados, muitas vezes, às trajetórias de conversão. Trajetórias que são decorrentes de diversos elementos, inclusive com antecedentes que podem estar associados aos interesses econômicos ou aos valores éticos baseados em visões de mundo ecológicas, que levam em conta a necessidade de sobrevivência, o meio ambiente e as futuras gerações.

Ainda que seja necessário um estudo mais aprofundado sobre a dimensão dos impactos das políticas públicas, pode-se desde já afirmar que não existe verdadeiramente uma política de estímulo à produção de base ecológica no País, tal qual existe para a produção convencional. Como foi possível observar no quadro dos estudos de casos desta pesquisa, mais especificamente relacionado aos grupos de horticultores de Ibiúna, os programas de apoio à agricultura de base ecológica do governo federal foram orientados para capacitação e treinamento. E o recurso disponibilizado para os produtores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf), segmento agroecologia, é pouco significativo apesar de ter tido nos últimos anos um aumento no montante do crédito. Mas a tendência é privilegiar determinados grupos socialmente organizados.

Entretanto, se o foco das políticas públicas for ampliado mediante a integração e a universalização dos programas e políticas, os grupos até aqui menos favorecidos da sociedade rural poderão vir a ser fortalecidos.

Portanto, reafirma-se que é visível que políticas públicas reconhecem cada vez mais a importância da agricultura familiar, da preservação do meio ambiente e da promoção da justiça social. Talvez seja um tanto cedo para afirmar qualquer coisa em relação ao efeito dessas novas políticas públicas do ambiente rural, porém, percebe-se no contato com agricultores que tais políticas e/ou programas ainda não estão conseguindo atingir efetivamente seus objetivos. Empiricamente, as condições permanecem na inércia de um ambiente imerso em disputas políticas, lutas de poder e ações pouco eficientes na forma de atuar e promover o desenvolvimento.

Conforme explicitado na metodologia, uma das grandes dificuldades para elaborar esta pesquisa foi a falta de dados estatísticos oficiais. Somente no último Censo Agropecuário de 2006, foi introduzida uma variável sobre a produção orgânica no Brasil, portanto, ainda não suficiente para uma análise completa do estado de desenvolvimento da produção. Conforme explicitado na metodologia, para dar conta dos objetivos da pesquisa, reuniu-se o conjunto de informações pulverizadas e confrontou-se as mesmas diversas vezes, trabalho árduo que, considerando a ambição de apresentar o conhecimento atualizado, parecia aos autores que não teria fim.

Pode-se concluir que o cenário para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica e sua relação com os mercados serão da seguinte forma:

- Promove o fortalecimento da agricultura empresarial, com forte ênfase para o mercado nacional e internacional.
- Promove o avanço da agricultura familiar empresarial, atendendo ao mercado nacional: vendas para grandes atacadistas, ou associações, ou cooperativas.
- É espaço importante para os produtores familiares inspirados nos pressupostos agroecológicos e biodinâmicos, que atendem mais precisamente ao mercado local (feira, vendas diretas e lojas locais).
- Promove a ampliação das vendas diretas de produtores para consumidores urbanos – solidariedade social para com os pequenos agricultores ameaçados.

Denota-se que a pressão do mercado tem aumentado muito na última década, levando parte dos agricultores ao processo de conversão, favorecendo

o estabelecimento de processos produtivos da agricultura de base ecológica com base em tecnologias de produtos, entretanto, bem similar à lógica do processo de produção convencional. Esses agricultores podem ser vinculados empiricamente tanto à categoria social de pequenos produtores familiares quanto de empresas capitalistas ou de empresa familiar, onde, nesse caso, é a família que se ocupa da gestão e das atividades.

A justiça social – princípio de desenvolvimento da agricultura de base ecológica preconizado pela Ifoam/Isofar²³ e pertinente ao contexto latino-americano e ao Brasil – aparece de forma pouco presente nas discussões e debates e é ausente nas referências teóricas, nos artigos que mostram a oposição entre mercado local (feiras livres e vendas diretas) e grandes mercados (supermercados).

A agricultura de base ecológica diz respeito aos interesses não somente da agricultura familiar, mas também de empresas grandes. A demanda por produtos ecológicos é relacionada aos consumidores domésticos e estrangeiros, cada vez mais interessados na qualidade dos alimentos, e aos impactos da agricultura no ambiente. Essa expansão observada deve ser atribuída, também, ao desenvolvimento de um mercado mais justo para os produtores e consumidores, além do fato de gerar empregos.

Ao presente estudo será dada continuidade, buscando-se aumentar os conhecimentos em torno da produção certificada, dos meios de vida dos produtores familiares e dos aspectos ambientais envolvidos (práticas agro-ambientais), bem como o aprofundamento sobre a dinâmica do mercado da produção de alimentos em sua relação mais específica com o consumo.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. de. **A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira**. Campinas: Emopi, 2005. 174 p.

ABREU, L. S. de; BELLON, S.; CORRALES, F.M. **The advent of organic farming models: analysis of the current situation and perspectives in Brazil**. In: ISOFAR INTERNATIONAL CONFERENCE, 2005, Adelaide. **Proceedings...** Adelaide: International Society of Organic Agriculture Research, 2005. p. 430-433.

²³ International Society of Organic Agriculture Research.

ABREU, L. S. de; KLEDAL, P.; PETTAN, K.; RABELLO, F.; MENDES, S. C.

Desenvolvimento e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Digitado.

ALMEIDA, F. G. **Agricultura familiar:** estratégias produtivas de base ecológica e aplicação de princípios da agroecologia. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural)—Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP.

ALMEIDA, F. G.; ABREU, L. S. de. Estratégias produtivas e aplicação de princípios da agroecologia: o caso dos agricultores familiares de base ecológica da cooperativa dos agropecuaristas solidários de Itápolis: Coagrosol. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 37-53, abril/maio 2009.

BELLON, S.; ABREU, L. S. de. Rural social development: small-scale horticulture in São Paulo, Brazil. In: HOLT, G.; REED, M. (Ed.). **Sociological perspectives of organic agriculture**. Wallingford: Cabi, 2006. p. 1-309.

BELLON, S.; ABREU, L. S. de. Formas sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde do território de Ibiúna, estado de São Paulo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 381-398, maio/ago. 2005.

BEZERRA, R. C. **Estudo de potencial da agricultura familiar da agricultura de base ecológica no Vale do Submédio São Francisco:** Programa Nordeste: componente DES 02, PN 04.2084.4-001.00 da Agência da GTZ no Brasil. Recife: Agência da GTZ no Brasil, 2007.

BIOFACH 2007. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/apexnews.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória ,contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Seção 1, p. 8.

CAMPOS, R. L. **Estudo da produção e de mercado da rede de comercialização do Polo Itaparica:** Programa Nordeste – Componente DES 02, PN 04.2084.4-001.00 da Agência da GTZ no Brasil. Recife: Agência da GTZ no Brasil, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CARSON, R. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade:** um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR. Curitiba: Universidade Federal do Paraná: Instituto Agrônomo do Paraná, 2001. v. 1, 310 p.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica**: estratégia para uma nova ruralidade. 2001. 232 f. Tese de Doutorado–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

MARCO referencial em agroecologia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

MOREIRA, M. R. **Transição agroecológica**: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu (SP)–Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola)–Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas, SP.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p. 11-62.

PETTAN, K. B.; RITTL, C.; BAHER, A.; RAMM, G.; MEDAETS, J. P. **Avaliação**: introdução de padrões sociais e ecológicos voluntários em países em desenvolvimento: relatório inicial do estudo de País – Brasil: produtos florestais – FSC; produto café sustentável –4C; produtos sustentáveis fair trade – Flo; produto biodiesel –selo social. COMO - Consulting für Projektmanagement und Organisation GmbH. São Paulo, julho de 2007. Trabalho realizado para o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. Não publicado.

PETTAN, K. B. **Estudo dos mercados locais e institucionais para a agricultura familiar no sertão de Pernambuco**: Programa Nordeste – Componente DES 02, PN 04.2084.4-001.00 da Agência da GTZ no Brasil. Recife: Agência da GTZ no Brasil, 2007.

PINHEIRO, G. S. R. **Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia das Organizações)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PLANETA orgânico. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2005.

WILLER, H.; YUSSEFI, M. **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends. Modena: IFOAM, Italy. 2008.